



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 05/2016

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2016

INICIADA ÀS 14 HORAS E 34 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS E 40 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	05
- ORDEM DO DIA.....	18
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	29
- ENCERRAMENTO.....	29

ACTA N.º 05/ 2016

ABERTURA

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro de dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. José Armando Serra dos Reis** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1 - Evocação dos 40 anos do Poder Local Democrático, Homenagem aos Autarcas do Concelho que exerceram funções, neste período;
- 1.2 - Intervenções regimentais.

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 - Orçamento para 2017, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;
- 2.3 - 3.ª Revisão Orçamental;
- 2.4 - Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano de 2017;
- 2.5 - Delimitação da ARU - Centro Urbano da Covilhã - Proposta de alteração da planta de delimitação da área de intervenção;
- 2.6 - Constituição de 4 parcelas de terreno e desafectação do domínio privado municipal para o domínio público municipal da área sobrance;
- 2.7 - Contratos de Delegação de Actos de Competências nas Freguesias - Ano Lectivo 2016-2017
 - Colaboradora para acompanhamento de Refeições;
 - Reforço das Colaboradoras;
 - Actividades de Animação e de Apoio à família no pré-escolar;
 - Apoio às despesas do espaço pré-escolar;
 - Apoio nas despesas inerentes ao refeitório da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Canhoso
 - Transportes Escolares;
- 2.8 - Contratos de Delegação de Actos de Competências nas Juntas de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Cortes do Meio, Dominguiso, Orjais, Paul, Peraboa, Peso e Vales do Rio, S. Jorge da Beira, Tortosendo, Unhais da Serra e Verdelhos, para pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social;
- 2.9 - Constituição da Comissão de Toponímia - Eleição de Representante;
- 2.10 - Relatório Semestral - Provedora do Município;
- 2.11 - Análise discussão e aprovação do novo tarifário de água e tarifário social;
- 2.12 - Turismo e Desenvolvimento Sustentável do Concelho.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha e Senhor António Paulo Pereira Ranito. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. José Armando Serra dos Reis, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Dra. Diana Catarina Lopes Louro, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves Casteleira, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Casimiro Lopes dos Santos, Dr. José Paulo Pina Simão, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Celso José Fonseca Bogalheiro (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), José Mateus Fernandes (Peso e Vales do Rio), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores **Dra. Ana Rita Aguilar Ferreira Gaudêncio Mineiro e Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho). -----**

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----**

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Dr. João Carlos Izidoro Marques, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 04/2016
DE 07 DE OUTUBRO**

--- Submetida a acta, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, foi interveniente o Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra) sugerindo que nas deliberações os votos, dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, fossem integrados nos dos Partidos pelos quais foram Eleitos ou como Independentes. Colocada à votação, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***, não tendo participado na votação, de acordo com o disposto no número 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo, os Senhores: **Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Dr. Casimiro Lopes dos Santos, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Celso José Fonseca Bogalheiro (Peraboa) e José Mateus Fernandes (Peso e Vales do Rio)**. -----

EXPEDIENTE

- Ofício do Senhor Eng.º António Guterres a agradecer o Voto de Congratulação;
- Ofício n.º 5636 do Gabinete do Primeiro-Ministro - Chefe de Gabinete a acusar a recepção do Voto de Congratulação pela indicação de António Manuel de Oliveira Guterres para o cargo de Secretário-Geral da ONU;
- Ofício n.º 6601 da Casa Civil do Presidente da República a acusar recepção do Voto de Congratulação pela indicação de António Manuel de Oliveira Guterres para o cargo de Secretário-Geral da ONU;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta colocada ao Governo pela Senhora Deputada Paula Santos "Carência de trabalhadores no Agrupamento de Escolas do Teixoso, concelho da Covilhã";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Resolução "Propõe medidas que contribuam para a diminuição dos custos com combustíveis";
- E-mail do Movimento Povo Ourondo Relvas a remeter o comunicado 3/16 - Contra a Agregação das Freguesias;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter as propostas de alteração ao OE 2017, que apresentou na Assembleia da Republica, relacionadas com as Autarquias Locais;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter as medidas aprovadas por proposta ou com o contributo do PCP – OE2017;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o conjunto de 55 medidas e intervenção encerramento OE2017;

- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a dar conhecimento da iniciativa parlamentar sobre a situação nos CTT - destruição de postos de trabalho e degradação do serviço postal;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter o Projecto de Resolução "Garantia de uma Escola inclusiva, através da promoção da Língua Gestual";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter Voto de Saudação "40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas" e Projecto Lei "Protecção dos direitos individuais e comuns à água".

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que foi consensualizado, na Conferência de Líderes, introduzir na Ordem de Trabalhos o ponto **1.1** para evocar os 40 anos do Poder Local Democrático e prestar reconhecimento e homenagem a todos os que nos últimos 40 anos serviram com toda a dedicação e zelo o nosso Concelho. -----

1.1 - EVOCAÇÃO DOS 40 ANOS DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO, HOMENAGEM AOS AUTARCAS DO CONCELHO QUE EXERCERAM FUNÇÕES, NESTE PERÍODO

--- O Senhor Prof. Reis Silva apresentou uma Moção "40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas" (**doc.01**). -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: "acho que se fazem aí considerações desnecessárias, procurando culpabilizar sucessivos Governos, por desvalorizarem ou menorizarem o Poder Local. Do meu ponto de vista, são injustos e, de alguma forma, inviabilizam o voto favorável do Partido Socialista. Se o Partido Comunista e o Senhor Deputado Vítor Reis Silva estiverem de acordo e estiverem em condições de retirarmos, dessa Moção, esse pormenor, o Partido Socialista votará favoravelmente. Se assim não for, não podemos de forma alguma subscrever essa afirmação, que não me parece que esteja de acordo com aquilo que é o espírito da Moção e teremos que nos abster." -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: "O Partido Comunista tem este condão de tentar partidarizar e politizar demasiado as coisas, mesmo quando são momentos comemorativos. No seguimento do que já foi dito, obviamente que, ou se retiram as considerações políticas e partidárias ou temos mesmo que nos abster." -----

--- O Senhor Francisco Moreira: "Nós iríamos votar a favor, do documento, dado que o que está em causa é, a matéria nobre que respeita a todos nós, a comemoração de 40 anos do Poder Local. E, não ser despido dessa carga ideológica que contém, não temos outra alternativa se não abstermos." -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Todos nós sabemos e conhecemos que, ao longo desses anos, o não cumprimento da Lei das Finanças Locais prejudicou as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia. E, o que se diz ali é que houve sucessivos Governos que não cumpriram a Lei das Finanças Locais, debilitaram o Poder Local... Não podemos esconder a verdade e a realidade dos factos.” -----

--- Colocada a Moção – **40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas** – à votação, foi a mesma **aprovada com 4 votos a favor (PCP) e 36 abstenções (PS, MAC, PSD e Independentes)**. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal convidou todos os presentes para o descerramento de uma **Placa alusiva aos 40 Anos de Poder Local Democrático 1976-2016** e apresentou, de seguida, uma Moção, consensualizada na Conferência de Líderes, de “Aplausos e Reconhecimento” (**doc.02**). -----

--- Colocada a Moção de Aplausos e Reconhecimento à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) propôs a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Rogério Evaristo Filipe (**doc.03**). -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo propôs a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Mesquita Nunes (**doc.04**). -----

--- O Senhor António José Gonçalves Pinto (Orjais) propôs a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Mateus Silva (**doc.05**). -----

--- Colocados os Votos de Pesar à votação, foram os mesmos **aprovados por unanimidade e guardado um minuto de silêncio**. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia: “no começo dos nossos trabalhos, foi-nos levantada uma questão relativa aos documentos do ponto 2.11 - Análise discussão e aprovação do novo tarifário de água e tarifário social. Efectivamente, a documentação foi aprovada esta manhã na Câmara Municipal. Face a este contexto, para abreviarmos, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para nos transmitir as razões deste atraso, de uma forma sintética, e se faz questão de que este ponto seja discutido nesta Sessão.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou: este é um assunto importante do nosso Município, com estas limitações de tempo, burocráticas... o óptimo é inimigo do bom, não conseguimos, em tempo record, fazer chegar os documentos aos Senhores Deputados Municipais. É verdade que esta matéria não é uma matéria da competência da Assembleia Municipal, antes do mais, mas entendo que é uma questão da maior importância para o Concelho e devemos na mesma abordá-la, tratá-la. Não estamos a tratar de coisas transcendentais, nem de algo que todos os Senhores Deputados Municipais não dominem, nem conheçam. Eu dar-vos-ei nota circunstanciada resumida, objectiva e clara daquilo que se vai fazer.

Hoje de manhã tivemos essa discussão, análise e votação, na reunião de Câmara e não podia deixar, também, de lhes transmitir que a decisão foi tomada por unanimidade do Executivo. E, obviamente, gostaria de ouvir as vossas opiniões e se quiserem, se entenderem que estão habilitados, no final da exposição e discussão, votarem. O voto é simbólico, é expressivo e quem tiver coragem que vote a favor, quem tiver coragem de votar contra que vote contra, com toda a coragem e com toda a naturalidade. As pessoas ou são a favor daquilo que é positivo, ou não são a favor daquilo que é positivo e portanto é tão claro quanto isto. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que apesar de a documentação já ter sido distribuída o assunto só será retirado por anuência da maioria dos Senhores Deputados Municipais.

--- O Senhor Dr. João Bernardo: "... é fazer *show-off* desta Assembleia. E, peço desculpa o Senhor Presidente, tem tempo para o fazer, tem espaço regimental para o fazer, então que o faça e que assuma aquilo que quer fazer, o problema aí não é connosco. Agora, este ponto não pode ser nem apreciado, nem deliberado.

Eu aceito que seja dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tecer algumas considerações. Agora, temos que perceber que existem dois Órgãos, a Assembleia Municipal é um e a Câmara Municipal é outro. O Senhor Presidente da Câmara tem espaço para falar regimentalmente, não fala quando quer, ou quando acha que é preciso, ou deixa de ser preciso. Da mesma maneira que os Senhores Vereadores estão sujeitos às regras regimentais, o Senhor Presidente da Câmara também o está. E, portanto, agradeço, Senhor Presidente, que faça o exercício dos seus poderes, que dê a palavra ao Senhor Presidente da Câmara no espaço regimental, não é o caso." -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: "eu agradeço muito ao Senhor Deputado João Bernardo esta tentativa de lição de gestão dos trabalhos, mas eu acho que a gestão dos trabalhos compete ao Senhor Presidente da Assembleia e a Assembleia já é suficientemente longa para nos perdermos nestes considerandos e nestas tentativas de dar lição.

Sobre o tema em concreto quero dizer o seguinte: eu compreendo o incómodo que a Oposição manifesta com este tema. É que efectivamente em 40 anos de Democracia é a primeira vez que se vê vir a um órgão destes o abaixamento de um serviço como a água. Aliás, nós vivemos num tempo em que o habitual é ouvirmos todos os dias que vai aumentar o gás, vai aumentar a água, vai aumentar a electricidade, vai aumentar tudo.

Eh pá, estranhamente no Município da Covilhã vêm-se discutir a um Órgão, onde nem sequer é obrigatório legalmente trazer o assunto, o assunto baixar a tarifa da água. Eu compreendo o incómodo.

O Grupo do Partido Socialista trabalha em conjunto com a Vereação e presumo que também o fazem os outros Partidos. Mas, enfim, cada um sabe de si. Não vemos nenhum inconveniente em que este tema, a bem do esclarecimento dos Covilhanenses, seja aqui discutido, já foi hoje de manhã discutido na Câmara Municipal. E, já foi aqui exigido, quase por todos nós, *n* vezes a exigência de trazer a esta Assembleia a discussão do novo tarifário e a redução da factura da água. E, pasme-se, hoje que aqui vem essa discussão, não querem discuti-la. O Grupo do Partido Socialista está disponível para essa discussão e vamos fazê-la com todo o gosto." -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “as preocupações regimentais estão presentes, como é evidente. O n.º 3, do artigo 18.º, indica que os documentos devem acompanhar a Convocatória e devem ser entregues atempadamente. Contudo, consideramos que, estamos face a uma decisão do Executivo em que a Assembleia se deverá pronunciar. E, levando em conta que em campanha eleitoral, todos nós defendemos a redução da factura da água e durante estes três anos, criticámos e exigimos que o Presidente da Câmara negociasse, reduzisse, a factura da água. Nós não vamos ser tão rígidos como a Bancada da Oposição de Direita, que demonstra alguma rigidez no procedimento, mas deveria ser flexível quanto àquilo que é benefício das Populações. Portanto, e levando em conta o superior interesse das Populações, nós admitimos, excepcionalmente que a proposta seja discutida nesta Assembleia.” -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “tendo em conta que todos nós nos regozijamos e tendo em conta que não é, parece não ser, necessária a votação porque é que o Partido Socialista e o Partido Comunista não apresentam uma Moção de Louvor à deliberação da Câmara? É politicamente mais correcto, eu pessoalmente votaria a favor. É mais correcto do que votar uma deliberação que não carece de ser votada.” -----

--- O Eng.º Hélio Fazendeiro: “Agradeço ao Senhor Deputado João Correia a ideia, é uma excelente sugestão. Estou convencido que ia merecer o apoio da maioria, se não a unanimidade da Assembleia.” -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “na verdade fui eu que propus a retirada deste ponto, não por uma questão meramente administrativa, mas porque em abono daquilo que tem sido defendido aqui nesta Assembleia, designadamente pelo Senhor Presidente da Câmara, em que a qualidade das intervenções e do debate deve ser justo e equilibrado, eu devo dizer que me sinto, a Bancada do PSD se sente altamente desequilibrada num debate sobre esta matéria, porque a proposta efectiva chegou-nos há pouco, quando retornámos à Sala, depois de estarmos ali fora a descerrar uma placa. Devo dizer que, se há elementos que estão preparados para este debate, este ponto, quanto a nós, nem sequer carece de votação.

Não está em causa que o PSD e a maioria das Bancadas propuseram, na Campanha Eleitoral, a descida do preço da água. Na verdade, até hoje, quem estava em incumprimento não era a Oposição, era o PS, porque prometeu, tal como a Oposição, a descida do preço da água e ainda não a tinha efectivado.

Entendo que o Senhor Presidente da Câmara pode fazer a apresentação deste ponto, deste tema que me parece relevante, na informação escrita, não precisamos de estar a agendar um ponto para uma coisa que nem vai ter votação, porque a decisão está tomada. E, uma coisa é certa, todos os Membros desta Assembleia querem a redução da água.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia: “Peço a vossa atenção, quem vota pela retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos?” -----

--- **Retirada do Ponto da Ordem de Trabalhos - 07 votos a favor (MAC, PSD e Dr. Paulo Tourais), 18 votos contra (PS e PCP) e 10 abstenções (Independentes).** -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo fez uma interpelação à Mesa: “aquilo que se coloca nesta situação e segundo o que está disposto na Lei das Autarquias Locais, sobre a matéria de convocatória dos Órgãos e da deliberação dos Órgãos diz expressamente que a Convocatória é acompanhada dos documentos sobre pena de as deliberações serem nulas. E diz, ao invés daquilo que o Senhor Presidente está a dizer, que a Deliberação apenas é tomada e será considerada válida se todos estiverem de acordo com a deliberação. E, aquilo que nós vimos, após esta votação, é que há uma série de pessoas, pelo menos 7 pessoas estão contra, que não estão de acordo em votar este ponto. Aquilo que o Senhor Presidente está a fazer é, peço que se aconselhe com os Serviços Jurídicos da Câmara, o inverso. A partir do momento em que haja alguém que esteja contra não pode ser deliberado, porque a Convocatória não foi acompanhada dos documentos e como tal a Convocatória é nula.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa: “a informação jurídica, que eu tenho na Mesa, é que a votação que haja aqui não é vinculativa.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “estamos a confundir coisas, Senhor Presidente, uma coisa é poder ser deliberado ou não e outra coisa é se aquilo que estamos a discutir. Como a convocatória não foi acompanhada pelos documentos, não pode ser discutido este ponto. Eu estou contra a discussão deste ponto e foi isso que mais pessoas fizeram.” -----

Declaração de Voto:

- Senhor Dr. Pina Simão: “votei favoravelmente a manutenção deste ponto na Ordem de Trabalhos, manutenção que é absolutamente legal. E, se alguém tem dúvidas sobre a legalidade, da mesma, deve com os meios próprios relevar essa discussão. E entendo, também, que esta Assembleia deve aprovar o tarifário que está posto em discussão.” -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Em nome da Bancada do Partido Socialista quero justificar o voto favorável, na manutenção deste ponto, da seguinte forma: é um tema que é um compromisso eleitoral, de todos os Partidos e de todos os Candidatos à Câmara Municipal, mas é um tema que nem todos podem dizer o mesmo sobre ele. É evidente que o Partido Socialista trás hoje a esta Assembleia e propõe uma redução do tarifário. O PSD, para além de nunca ter trazido, a esta Assembleia, nenhuma redução de tarifário, apesar das boas intenções das últimas Eleições de reduzir a tarifa, o facto é que são os responsáveis por este tarifário. Porque consideramos que este é um tema excessivamente importante, na vida dos Covilhanenses e da nossa Comunidade, ele deve ser discutido aqui, pese embora não seja necessário haver uma pronúncia formal da Assembleia, mas há uma avaliação, há uma interpretação política. E, é uma leitura política e um pronúncio político que hoje se pede a esta Assembleia. E, aquilo que o Partido Socialista vota favoravelmente é exactamente a manutenção deste ponto, independentemente da necessidade, ou não, de deliberação vinculativa deste tarifário, por parte desta Assembleia, que seja tomada uma posição que, politicamente, seja inequívoca por parte de todas as Bancadas.” -----

- Senhor Prof. Doutor João Correia: “eu voto favoravelmente para que o assunto possa ser discutido. Agora, parece-me uma interpretação um bocado esquisita considerar que estamos a votar uma deliberação, nós não estamos a votar uma deliberação. Aliás, isto não tem efeito vinculativo, o que estamos é, apenas, a manifestar o apoio a uma decisão que eventualmente tenha sido tomada e foi nesse sentido que o meu voto foi realizado.” -----

- Senhor Dr. David Silva (Tortosendo): “Saudando a redução do preço da água, mas tendo em linha de conta que na última Assembleia Municipal o Senhor Francisco Moreira colocou à votação um documento que não nos foi entregue, não tivemos acesso a ele, por uma questão de coerência absteve-me.” -----

- Senhor Dr. Paulo Tourais: “Eu votei a favor da retirada do ponto, porque entendo que em Democracia existem tempos e, esses tempos, não é efectivamente com cinco minutos que qualquer pessoa que aqui está tem a possibilidade de analisar este documento que foi entregue. Portanto, eu voto sim, a favor da retirada do ponto da discussão, mas votarei a favor das reduções, sejam elas quais forem, que aqui possam vir discriminadas. Aliás, digo-lhe que com um bocadinho de azar não teria tempo para as fazer, porque há três anos que já as devia ter feito.” -----

- Senhor Filipe Fabião (Unhais da Serra): “Eu também me abstenho, pelo mesmo motivo do David. Na Assembleia anterior foi proposto pelo PSD, uma proposta como esta e nós não tivemos acesso. Mas, também, dou os parabéns ao Executivo, porque é importante que o preço da água diminua no nosso Concelho, as pessoas cada vez têm mais dificuldades em manter os seus contadores com a água e nós lá em Unhais notamos isso, cada vez há mais pessoas com dificuldade em pagar a água. Dou os parabéns ao Executivo pela redução do tarifário.” -----

- Senhor Prof. Vítor Reis Silva: “Nós votámos favoravelmente pela discussão e pela manutenção deste ponto, porque a importância, a importância e o impacto que irá ter a redução da factura de água não se compadece, penso eu, com procedimentos regimentais, ou eventualmente com uma aprovação lá para Abril.

Portanto, eu penso que devemos discutir, devemos aprovar, se necessário e se a Lei o exige para que, de facto, no mês de Janeiro, nos consumos do mês de Janeiro, já as famílias possam ver repercutida, na sua factura de água, a redução.” -----

- Senhor Dr. João Bernardo: “Senhor Presidente insto, novamente V. Exa, ao cumprimento da Lei e cito o artigo 51.º da Lei 75/2013. Quando nós estamos a falar no cumprimento da Lei, penso que estamos acima de qualquer oportunismo, ou oportunidade política. Aquilo que estamos a discutir é que a Lei define, muito claramente, que a Convocatória deve ser acompanhada dos documentos e como tal, não tendo sido acompanhada dos documentos, a Convocatória não está correcta.

O que é certo e verdade é que V. Exa está obrigado a cumprir a Lei, já foi deliberado nesta Assembleia, a votação está registada, e existem pelo menos 7 pessoas que estão contra a deliberação deste ponto. A minha declaração de voto vai no sentido de que, cumprindo a Lei, este ponto não pode ser discutido, independentemente de estar de acordo com o abaixamento do preço da água, independentemente de o Senhor Presidente ter oportunidade de fazer o seu *show-off* e a

sua apresentação quando quiser, mas não pode ser deliberado este ponto, porque há Membros que são contra a sua deliberação.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “eu conformo-me com a vontade da maioria das Senhoras e dos Senhores Deputados Municipais, quando chegar a altura faremos a apresentação, discutiremos e analisaremos esta mesma matéria que eu acho que é uma matéria transcendente, importante, com toda a disponibilidade e vontade de o fazer.” -----

1.2 - INTERVENÇÕES REGIMENTAIS

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Hoje evocámos os 40 Anos do Poder Local Democrático salientando o trabalho e a dedicação de todos aqueles que, desde as Comissões Administrativas, exerceram funções na gestão da coisa pública.” **(doc.06)** -----

--- O Senhor Francisco Moreira: “Nós entendemos colocar neste período de intervenções regimentais, dado a nobreza que o tema requiere, uma Moção relativa ao Poder Local saído do 25 de Abril” **(doc.07)**. -----

--- Colocada a Moção à votação foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Declaração de Voto

- Senhor Prof. Reis Silva: “Nós, como é evidente, votámos favoravelmente, apesar do texto não apresentar os responsáveis pelas debilidades do Poder Local de hoje. Mas votámos favoravelmente partindo do princípio que estamos a defender aqui a chamada municipalização de uma quantidade de serviços. Votámos favoravelmente porque entendemos, pela leitura do texto, a transferência de meios, a transferência de competências, é com o reforço financeiro das Autarquias.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “assistimos à apresentação, na Covilhã, do Plano Nacional de Coesão Territorial como sendo o fruto do trabalho de uma Unidade de Missão que foi criada, há um ano ou há mais de um ano, por Lei.

Se, na altura, dúvidas se nos levantaram sobre aquilo que esta Unidade de Missão iria trazer de novo ao Interior (o corolário daquilo que estivemos a comemorar, 40 anos do Poder Local Democrático, era a coesão territorial. Durante muito tempo foram os Autarcas que asseguraram essa coesão territorial; foram os Autarcas que lutaram por ter nas suas terras os serviços, as estruturas que eram necessárias para que as suas Populações ficassem servidas), quando ouvimos a apresentação, deste Plano Nacional de Coesão Territorial, vimos as coisas mais genéricas, enfim de *La Palice*, alguém dizia que das 160 e tal medidas previstas, a verdadeira pergunta que se colocava era, mas existia alguma que vocês tinham previsto, no Governo, não fazer ou fazer contra?

Estava previsto retiram mais serviços do Interior? Estava previsto retirarem mais ao Interior, ainda? Não!

Depois, de muitos anos, verificámos que o País tombou para o Litoral e só não ficou afundado no Atlântico porque temos Espanha agarrada, se não virávamos mesmo nesta nossa jangada de pedra em que às vezes sentimos estar.

Obviamente que todos nós estávamos de acordo que as 166, fossem 200, fossem 300.

Aquilo que temos que analisar aqui, neste Programa de Coesão Territorial, sem prejuízo de concordar com ele na sua generalidade, a maior parte são generalidades. Faço uma ressalva àquilo que eu li num artigo num Jornal, um Membro da Comissão Consultiva da Unidade de Missão que diz: afinal de contas a Unidade de Missão não funcionou, porque houve duas reuniões do Conselho Consultivo, a da tomada de posse e a da apresentação do plano. Ou seja, as Entidades que, supostamente deviam servir, vivem cá, trabalham cá, existem cá, deviam ser ouvidas pela Unidade de Missão, para a apresentação destas propostas, não o foram.

E daqui se vê, efectivamente e esta é que é a conclusão a que nós temos que chegar, como é que o Poder Central trata do Interior, não tem respeito nenhum por ele. Vimos aqui e estou perfeitamente de acordo com aquilo que aqui foi dito, pelo meu Colega Vítor Reis Silva, quando diz que é intolerável, inaceitável que um Ministro da Nação venha à Covilhã dizer: Vocês integrem o sistema municipal que nós depois logo se vê como é que é a Barragem. Esta chantagem é algo que não é aceitável.

Do extenso trabalho que existe, nas 144 páginas do Plano Nacional de Coesão Territorial, da Unidade de Missão, sabem quantas referências existem à Covilhã? Uma! Uma referência à Covilhã e diz respeito à criação ou à religação do trajecto ferroviário da Covilhã à Guarda. Isto é aquilo que este Plano Territorial prevê especificamente para a Covilhã. É preocupante que atendendo à cor política do Senhor Presidente da Câmara, à influência que supostamente tem, que a Covilhã seja maltratada e continue a ser maltratada pelo Poder Central a este nível e é maltratada a vários níveis. Continuamos a ouvir queixas justas, que devem ser ouvidas, de uma das Instituições que mais diz à Covilhã, que é a Universidade da Beira Interior, no que diz respeito ao financiamento e ninguém falou nisto, mas este Orçamento de Estado, para quem tanto fala de coesão territorial e de igualdades e desigualdades, curiosamente trata ainda pior a Universidade da Beira Interior e todas as Instituições de Ensino Público Superior do Interior, porque lhes reduz as verbas de dotação orçamental para os Serviços Sociais dessas Entidades. E, isso é gravíssimo, peço Senhor Presidente da Câmara que diga a esta Assembleia se está de acordo com este tratamento à Covilhã e se está a favor que a Covilhã continue a ser tratada desta maneira.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Começo por saudar, em nome da Bancada do Partido Socialista, todos os Autarcas Covilhanenses que, ao longo destes 40 anos, serviram as nossas Populações e, também, a iniciativa do Senhor Presidente da Assembleia, que foi por sua sugestão, que na Conferência de Líderes assim determinámos esta homenagem singela, simbólica mas carregada de sentido.

E eu quero-me associar, em nome da Bancada Partido Socialista, destacando aquilo que foi um contributo inestimável que todos os Autarcas têm dado, grosso modo, independentemente da sua cor partidária, das suas convicções ideológicas.

Todos eles têm, ao longo destes 40 anos, desenvolvido aquilo que são as suas Terras, feito o melhor pelas suas Populações e têm feito com que Portugal seja hoje um País muito diferente, para melhor, daquilo que era em 1976. Merecem essa homenagem! Espero que todos nós estejamos à altura de honrar a sua memória com o nosso exemplo e o nosso exemplo é, diariamente, honrarmos os cargos onde estamos investidos, na Assembleia Municipal ou na Câmara Municipal.

O Senhor vem-nos dizer que, bom... 164 são poucas, deviam ser mais. A Covilhã só aparece uma vez. Eu quero-lhe dizer, Senhor Deputado, que estas coisas não se medem ao metro, medem-se com o impacto.

Por exemplo, diga-me uma medida de apoio ao Interior do seu Governo, ou do Governo que V. Exa apoiou, uma! Porque, neste ano de geringonça, como famosamente o baptizou, não posso esquecer a recuperação do poder de compra que tivemos; a recuperação do salário mínimo; a reposição dos feriados; a antecipação da conclusão da ferrovia (que tem a ver com a interioridade, que o Senhor muito bem fala), que foi adiado pelo vosso Governo em 2012. Não sei se está bem lembrado, quando chegaram ao Governo em 2011, das primeiras medidas que tomaram?! Foi adiar precisamente este investimento; não sei se lembra da questão das portagens, que já foram reduzidas em 15% por este Governo?! Isto para lhe dizer, Senhor Deputado, que há uma coisa que os Covilhanenses e os Beirões sabem e sabem de experiência feita, que este Território e esta Região só vai para a frente quando o PS está no Governo. Estes Territórios e estas Populações só têm a beneficiar, do Poder Central, quando o Partido Socialista está no Governo. Porque, infelizmente, com a direita e nomeadamente com o PSD e com o PP, aquilo que os Covilhanenses sabem é que no Interior é para fechar. A diferença é: o PSD e o PP fecharam Tribunais e o PS abre; o PSD e o CDS tiraram rendimento e o PS devolve; o PSD e o PP tiraram feriados e o PS devolve.

Bom! Escândalo dos escândalos a economia está a crescer, o défice está a baixar, porventura o menor défice, soubemos há dias, abaixo dos 2,5%. O emprego está a descer, as exportações estão a aumentar e o diabo não veio. Bom! O diabo não veio, parece que agora estamos à espera dos Reis Magos.

Não podia deixar de assinalar, neste Período Regimental, a esperança que representa este Programa de Coesão Territorial para o Interior, que vem demonstrar e vem consubstanciar aquilo que é uma visão integrada do Partido Socialista, não de agora, mas de há muito tempo, em que entende que o País se deve desenvolver como um todo, harmoniosamente. Eu não podia deixar de destacar aquilo que foi a visita de um conjunto de Personalidades Governativas à nossa Região em que vieram anunciar coisas boas - tivemos o Senhor Ministro das Infra-estruturas a anunciar a conclusão da ferrovia para Guarda; tivemos o Senhor Ministro das Infra-estruturas a anunciar 15% de redução das Scuts; tivemos o Senhor Secretário de Estado da Protecção Civil a anunciar não só um conjunto de apoios aos Bombeiros, mas a equipa de intervenção permanente; tivemos a Senhora Secretária de Estado da Educação Alexandra Leitão a anunciar uma obra conjunta, com a Câmara Municipal, de recuperação da Escola Secundária Frei Heitor Pinto, superior a 3 milhões de euros e por aqui fora. Temos um conjunto de Governantes, felizmente hoje no Governo, que olham não só para a Covilhã, mas para todo o Interior, como uma oportunidade e como Cidadãos e Portugueses de primeira, igualmente àqueles que estão no Litoral. Isso deixa-nos muito satisfeitos e contentes. Naturalmente que, o espírito reivindicativo que temos e que sempre vamos ter junto do Governo, seja ele do PS ou do PSD ou de que Partido for, será em defesa das nossas Populações". -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “eu queria aproveitar este momento, já que estamos na época natalícia, para oferecer ao Senhor Presidente da Câmara uma garrafa de Pedra do Urso da Adega Cooperativa da Covilhã, só para fazer a seguinte exposição: o Senhor Presidente da Câmara é dado a festejos, a comemorações, a jantares, a festas e fico, enfim, preocupado porque isto é uma coisa séria, a Adega Cooperativa da Covilhã fechou e esta Câmara viu impávida e serena o seu encerramento e dedica-se a fazer aquilo que melhor sabe, que é por uma pedra sobre o assunto, ser o coveiro! O Senhor Presidente da Câmara é o coveiro! Não estou a dizer que é o responsável pela morte. Claramente aquilo que faz é enterra e descansa em paz.

Fica a garrafa de uma Entidade que começou os seus trabalhos em 1964, salvo erro, para que infelizmente fique nas prateleiras da Câmara Municipal como a recordação de uma Entidade Empresarial, não podemos esquecer que a Cooperativa é uma Entidade Empresarial que, efectivamente deixou de existir. E nas próximas comemorações que o Senhor Presidente faça não pode utilizar vinho da Covilhã, vai ter que o importar do Fundão, do Dão, do Douro, de onde quer que seja ou, se calhar, comprar a privados, que se calhar é melhor e fica bem. Isto tem a ver com a atitude do Senhor Presidente da Câmara perante o que é o Mundo Empresarial no Concelho da Covilhã.

Eu, no outro dia, aliás já aqui referi, assisti ao discurso do Senhor Presidente da Câmara na apresentação do Plano Nacional de Coesão Territorial e assisti também à intervenção dos outros Autarcas e assisti que de repente o Senhor Presidente da Câmara, porque não tinha mais nada para dizer, lembra-se: eh pá, nós também estamos na corrida da TESLA!

Depois percebi, porque passados uns dias foi a apresentação, aqui perto, do resultado de uma empresa que começou na Covilhã e que teve que se ir embora e está noutro lado. E, de facto, aqui a diferença entre a seriedade de uma posição e da outra e que ouvi, enfim, com alguma inveja confesso, aquele Presidente da Câmara a dizer publicamente que em matéria de captação de investimento; em matéria de captação de empresas; em matéria de manutenção de empresas, no seu Concelho, tinha contabilizado durante este mandato 267 contactos directos, com empresas para que se fixassem e para que se mantivessem no seu Concelho. 267 Contactos directos, que dizem respeito à captação de investimento! Aquilo que eu pergunto, Senhor Presidente, alguma vez se dignou a contabilizar e já agora a informar de quantos contactos é que teve com empresas nesta matéria? Se calhar muitos em jantaradas, mas de facto para trabalhar cá, não.” -----

--- O Senhor Dr. David Silva (Tortosendo) apresentou uma Moção - Instalações do Posto Territorial de Tortosendo da GNR (**doc.08**). -----

--- Colocada a **Moção - Instalações do Posto Territorial de Tortosendo da GNR** à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra) referiu a necessidade de serem mobilizados meios técnicos e vontades políticas para resolverem o grave problema com a habitação social no Bairro da Alâmpada (**doc.09**). -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “Eu aproveitava este ponto da Ordem de Trabalhos para falar de um tema, que me parece que foi importante, que decorreu no mês de Dezembro e que já foi aqui abordado, tem que ver com a apresentação do Programa Nacional para a Coesão Territorial que teve lugar no dia 7 de Dezembro, eu estive na sessão, não sei se a maioria dos presentes estiveram. Mas, na verdade, tivemos na Covilhã dois Ministros, que é coisa rara e penso que é assinalável, no mesmo dia e ao mesmo tempo. Tivemos também, nessa mesma sessão, uma intervenção, que eu considero inoportuna, do Senhor Presidente da Câmara e, em resultado, o balanço que eu faço da sessão é um bocadinho deprimente. Na verdade, tivemos a apresentação de um programa que foi feito em nove meses, ao que parece, mas que tem 164 medidas, muitas delas em curso e não sei como é que se constitui um programa com 164 medidas, que um mês depois estão em curso e de nenhuma delas é dito quanto é que custa, o que é que vai fazer e o impacto que tem. Chegámos ao ponto do Ministro-Adjunto, para elucidar a plateia exemplifica, que das 164 tira uma da cartola, que é o abaixamento do IRC. Na verdade, o abaixamento de IRC proposto, lendo o Orçamento de Estado, são 12,5% sobre os 15 mil euros primeiros de matéria colectável, o que dá uma medida ridícula, contrapondo com os 17%, dá uma medida de 4,5% que representa 675 euros. E faço a pergunta, para um Programa Nacional de Coesão Territorial que tem como objectivo ter impacto naquilo que é feito no Interior, se há algum investidor que vem investir no Interior por 675 euros?

Esta é a pergunta que nos devemos fazer e que deita por terra muita da argumentação e todo o argumentário utilizado aqui, por alguns Deputados, nomeadamente da maioria. Vêm aqui falar de todos os Ministros que já vieram à Covilhã, dos que estão para vir e de tudo aquilo que é apresentado e parece que, de repente, agora é que as medidas e a devolução de tudo está a acontecer, porque no passado não aconteceu nada e no passado, para se permitir dar agora aos Portugueses aquilo que se está a dar, não se fez nada, por isso é que agora é possível dar. Por outro lado, outra medida que o Ministro falou, que eu nem compreendi, é que com o SIMPLEX, também no âmbito do programa, vai permitir aos Municípios ter mais acesso à informação fiscal dos seus contribuintes, nomeadamente ao nível do IMI. Eu pergunto, mas isto não existe já?

Então, mas a Câmara quando determina os IMIS não sabe a base de incidência dos seus contribuintes? Ao que parece tivemos na Covilhã um Ministro que, das duas três, ou não conhece a legislação Autárquica, ou então não sabe o que é que anda a propor.

Há uma outra medida que está lançada no programa, que selecciono para elucidar, tem a ver com a mobilidade eléctrica que querem promover e foi anunciado que está em curso. Todavia, os Concelhos que foram anunciados, que são alvo destes primeiros 14 postos de carregamento rápido que vão ser instalados são: Aveiro, Braga, Cascais, Coimbra, Évora, Lisboa, Loures, Matosinhos, Porto, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Gaia. É Programa de Coesão para o Interior a funcionar.

Depois, durante a sessão assistimos, um pouco, a um ambiente de *descoesão* e eu tenho que dizer isto: Oh Senhor Presidente da Câmara numa sessão propor-se o nome de António Guterres para dar nome à A23?! Não é que o nome não seja consensual, mas acho que é absolutamente desconexo. E, que também está na corrida para a TESLA.

Oh Senhor Presidente eu sou daqueles que mais defendo que devemos captar investimento e estou na primeira linha para o fazer. Agora, a primeira coisa que me veio à memória, quando ouvi o Presidente da Guarda dizer que a Guarda se estava a posicionar para captar a TESLA, foi que a Covilhã, o Fundão, Manteigas e todos os outros da CIM se deviam juntar ao Presidente da Câmara da Guarda e dizer que todos juntos querem a TESLA nesta Região. Se fica na Guarda, se fica na Covilhã, se fica no Fundão, isso não é relevante, porque na hora de decidir o Governo, e em boa hora isso aconteça, que é algo que ainda muito vai fazer correr tinta e tempo, nessa altura se decidirá. Porque uma giga fábrica como é anunciada, provavelmente nem um Concelho chegará para a acomodar e aquilo que se pede é alguma solidariedade e visão estratégica para a Região, em detrimento de estarmos a promover as quintas e as quintinhas. E, em resumo, aquilo que gostaria de dizer é que este Programa verdadeiramente, em vez de ser um programa que apresentasse dez medidas que impactassem efectivamente naquilo que nós precisamos no Interior, é um programa com 124 medidas, mas que pode ter mais. De resto, temos um programa que, no fundo, promove uma imbecilidade política, que é querer que as coisas se alterem continuando a fazer-las da mesma maneira.” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “Nós estivemos aqui mais do que uma hora a discutir o sexo dos anjos, para saber se havíamos ou não de por na Ordem de Trabalhos um tema que é central para os Covilhanenses, para chegarmos à conclusão que há 6 Deputados que não querem que os Covilhanenses comecem a pagar menos, pela sua factura da água, no dia 1 de Janeiro de 2017. Foi esta a conclusão, é esta a conclusão que tem que se tirar daquilo que foi aqui discutido, nesta Assembleia.

O Senhor Deputado João Bernardo veio aqui falar da Adega Cooperativa da Covilhã e *hélas* chegou aqui e deu uma prenda ao Senhor Presidente da Câmara. Eu imagino que, o Senhor Deputado João Bernardo, a única coisa que fez de positivo com isto, foi deixar na adega cooperativa 3 ou 4 euros da garrafa. O que eu gostava de ouvir aqui de V. Exa era: eu fiz isto para evitar aquilo; eu fui lá; eu movimenteimei-me... não veio dizer nada disso. Veio fazer queixinhas ao Senhor Presidente da Câmara – Senhor Presidente olhe que aquilo fechou. O que é que o Senhor fez por isto?

Oh Senhor Deputado, demagogia tem limite e nós somos todos já crescidos para percebermos. Há um problema com a habitação social no Concelho da Covilhã, é preciso responsabilizar quem é responsável. Onde é que estão as rendas da habitação social? Porque é que os Senhores Deputados não falam disto? Porque é que os Senhores Vereadores não falam disto, nomeadamente os que lá estavam quando andaram a fazer estes negócios? Onde é que estão as rendas? Todos sabemos, todos sabemos onde elas estão, não estão é nos bolsos da Câmara!

E por fim, a propósito da vinda dos Senhores Ministros à Covilhã, vieram cá apresentar o Plano Nacional, essa é que é a realidade, isso é que custa. Portanto, não vale a pena estarmos a desprestigiar aquilo que tem prestígio e a desvalorizar aquilo que tem valor.

Terminou dizendo: esta Câmara, neste ano que está a findar, investiu quase 2 milhões de euros em educação. Isto é trabalho em prol dos Covilhanenses, isto não é falar mal, por falar mal. É fazer bem, para fazer bem, porque nós estamos é com os Covilhanenses e esta Câmara está com os Covilhanenses e não está contra os Covilhanenses.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo usou da palavra para a defesa da consideração: “aquilo que tenho a dizer ao Dr. Pina Simão é que eu sei quais é que são as competências que tenho e sei o que é que a Adegas Cooperativa passou, eu fui cooperante da Adegas Cooperativa da Covilhã, não directamente mas por herança, mas fui, participei, vi, assisti. Não sei onde é que o Senhor Pina Simão esteve. Só queria concluir dizendo, efectivamente ao Dr. Pina Simão, que se calhar devia meter a viola no saco e, se calhar, por a trabalhar mais a Câmara, em vez de estar aqui a apaparica-la.” -----

- O Senhor Eng.º João Nuno Serra apresentou uma Moção que transformou em Recomendação à Câmara Municipal “Vamos retirar dos Noticiários, sempre que neva na Serra da Estrela – “Estrada Piornos – Torre, fechada” (**doc.10**) -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “da informação escrita que o Senhor Presidente da Câmara nos enviou salientei algumas das deliberações que me merecem alguns comentários, nomeadamente os subsídios e apoios a Colectividades e outras Instituições no valor aproximado de 200mil euros, com compromisso de pagamento, na maioria dos casos, até Outubro de 2017. Outubro de 2017 será um mês antes das Eleições Autárquicas, não sei se é por razões eleitoralistas, enfim distribuir uns subsidiozitos durante os últimos meses do Mandato, ou se é assumir um compromisso dentro do seu Mandato para o respectivo pagamento. Mas são 200mil euros, apesar de tudo saliente-se o valor deste esforço Municipal.

Quanto à delegação de competências nas Juntas de Freguesia para a contratação de trabalhadores, continua a Câmara a não assegurar o fim da precariedade. Os protocolos referem que as Juntas de Freguesia devem cumprir a Lei, contudo os recibos verdes continuam, os concursos públicos não são feitos e não se cumpre a Lei da contratação pública. Ou seja, está inscrito no protocolo que à Junta de Freguesia compete cumprir a Lei, assim genericamente, mas todos nós verificamos depois que a Lei não é cumprida porque os concursos não se fazem. Aliás, eu não vejo anúncios de concursos para a contratação de pessoal, para esse serviço.

É tempo de se dizer basta!

É tempo de se romper com as práticas do passado, da gestão Municipal do PSD!

O PS teve, durante os últimos três anos, e têm ainda a oportunidade de mostrar que é diferente do PSD na gestão Municipal.

É preciso e é urgente uma política diferente. É preciso e é urgente acabar com a precariedade no âmbito dos trabalhadores em funções na área do Município e nas funções que o Município tem responsabilidades.

Portanto, no momento em que o Governo PS assumiu com o PCP, na governação do País, o desenvolvimento político de medidas tendentes a acabar com a precariedade é expectável que o PS na Câmara Municipal da Covilhã acompanhe aquele desiderato, aquele objectivo do próprio Governo.

A manutenção da precariedade significa aprofundar a exploração dos trabalhadores nossos vizinhos, amigos e concidadãos.

A CDU exige e reclama que no Concelho da Covilhã se abandonem tais práticas, por isso vamos votar contra, a partir de hoje, qualquer contratação na área do Município a que não corresponda um contrato de trabalho.

Quanto ao empréstimo tive conhecimento na informação que a consulta para o financiamento do PEDU ficou deserta, não se receberam propostas. Gostaria que o Senhor Presidente me esclarecesse em relação a essa situação.

Quanto à Unidade Hemodinâmica do Centro Hospitalar, já tive oportunidade de discordar que o Município assuma a participação, deve exigir à Administração Central que o faça. Portanto, não deve a Câmara Municipal substituir-se à Administração Central no âmbito da saúde.

Quanto aos concursos públicos que tive a oportunidade de verificar que foram lançados, em relação à Escola Secundária Frei Heitor Pinto e ao Pavilhão Municipal do Paul, com co-financiamento designado Escola Secundária Frei Heitor Pinto. Manifestar aqui, ao Senhor Presidente da Câmara e transmitir-lhe, o sentimento de alguma revolta e de alguma incompreensão por parte da Comunidade escolar do Agrupamento. As verbas do projecto Escola Secundária Frei Heitor Pinto estão afectas à educação e à requalificação das instalações escolares. Afectar parte daquela verba à requalificação, que é necessária e urgente, é verdade, do Pavilhão Municipal do Paul, propriedade da Câmara Municipal, parece-me ser forçada e pouco ética para uma intervenção que é necessária, repito, mas que deveria ter outra fonte de financiamento. Não é retirar do bolo da Escola Secundária Frei Heitor Pinto para resolver um problema de instalações Municipais.” Criou-se a expectativa de que se iriam resolver alguns problemas na Frei Heitor Pinto, porque existem de facto

--- O Senhor Eng.^o Hélio Fazendeiro referiu que é uma vergonha a Habitação Social estar nas condições demonstradas pelas fotografias e perguntou o que é que a Câmara Municipal pode fazer para colmatar essa situação. Porque sabe que, em Dezembro de 2005, as rendas de habitação social foram vendidas por 25 anos, pelo anterior Executivo PSD que trocou 13.6 milhões de euros, de receita expectável, por 7,5 milhões de euros. E, que desde essa data, sabe pelas visitas que também têm feito às habitações sociais, nunca lá foi feita qualquer manutenção, nem sequer foi pregado um prego. E, disse que isto é uma irresponsabilidade de quem geriu a Câmara Municipal durante estes anos, porque a troca de uma antecipação de verba abdicou de metade. -----

--- A Senhora Eng.^a Catarina Mendes solicitou informações sobre a redução de tarifas no estacionamento do Silo-Auto. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas:

- Colectividades – estamos a fazer aquilo que é absolutamente normal, durante o Mandato fomos assumindo compromissos e celebrámos protocolos;
- Precariedade – já começaram a regularizar as situações mais antigas e estão a tentar regularizar o máximo de situações, mas que tem que ser ao ritmo das disponibilidades financeiras;
- Empréstimo – não ficou deserto nenhum concurso, as questões burocráticas é que foram morosas;
- Pavilhão e investimento da Escola Secundária Frei Heitor Pinto – quem lançou este projecto foi o Ex-Governo da República e não foi a Câmara Municipal;
- Pavilhão – sendo Municipal, na prática é a Escola que usufrui e bem dele, gostava que fosse utilizado em melhores condições, com mais conforto, mais comodidade, mais equipamento e sem o telhado, que tem, em amianto. Existe a vontade por parte da Secretaria de Estado da Educação de, havendo uma pequena sobra daquilo que é o investimento na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, alocá-lo à requalificação do Pavilhão;
- Habitação Social – já falou com o Senhor Ministro da Solidariedade Social para tentarem encontrar uma ajuda e tudo fará para conseguir o apoio necessário para começarem a requalificar o Parque Habitacional Social;
- Tarifas Silo-Auto – baixaram os preços de estacionamento igualando-os aos praticados pelo Sporting Clube da Covilhã. -----

2.2 – ORÇAMENTO PARA 2017, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS, MAPAS DE PESSOAL, ACTUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 27 de Outubro de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas a) e o), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, através do ofício n.º 6395 de 2016.11.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Eng.º João Nuno Serra “O orçamento para 2017, último ano de Mandato, é um documento que revela vícios de quem está no poder há muito tempo...” (**doc.11**); Dr. João Bernardo “... este Plano e Orçamento apresentado para 2017 mais não é que uma cópia mal elaborada das últimas versões que este Executivo tem apresentado aos Covilhanenses...” (**doc.12**); Prof. Reis Silva “... a perspectiva de análise que aqui apresentamos tem por base um conjunto de críticas e sugestões apresentadas nos últimos anos pelos Eleitos da Coligação Democrática Unitária...” (**doc.13**); Dr. Pina Simão “O Orçamento é um instrumento da política e a política é a arte das melhores escolhas (**doc.14**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Orçamento para 2017, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos** foi a mesma **aprovada por maioria com 31 votos a favor (PS, MAC e Independentes) e 9 votos contra (Dr. João Bernardo, PSD e PCP)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo pediu para que a intervenção que fez fosse considerada, também, como declaração de voto. -----

- Senhor Eng.º João Nuno Serra pediu para que a intervenção que fez fosse considerada, também, como declaração de voto. -----

2.3 – 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de Dezembro de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6923 de 2016.12.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Dr. João Bernardo referiu que vai votar contra; Eng.º João Nuno Serra referiu que vão votar contra; Prof. Reis Silva disse que é uma operação menos contabilística e mais política, vão votar contra e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o saldo tem que ser inferior porque não tiveram receitas extraordinárias, só tiveram receitas ordinárias. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **3.ª Revisão Orçamental** foi a mesma **aprovada por maioria com 31 votos a favor (PS, MAC e Independentes) e 9 votos contra (Dr. João Bernardo, PSD e PCP)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Dr. Marco Gabriel: “O Grupo do PCP votou contra, porque não se pode fazer um Orçamento de 200 milhões de euros e chegar ao fim do ano e revê-lo, há regras contabilistas, por isso votámos contra.” -----

- Dr. Nuno Pedro: “A Bancada do Partido Socialista votou a favor desta Revisão do Orçamento, porque deriva da gestão da Autarquia, estamos a finalizar o ano e era uma necessidade fazê-la.”---

- Eng.º João Nuno Serra: “Esta Câmara não tem capacidade de poupar, tem é capacidade de gastar, por isso votámos contra.” -----

2.4 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2017

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Novembro de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6397 de 2016.11.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano de 2017** foi a mesma **aprovada por maioria com 36 votos a favor (PS, MAC, PCP e Independentes) e 5 votos contra (Dr. João Bernardo e PSD)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Eng.º Hélio Fazendeiro: “A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente porque entende que este é um instrumento responsável que auxilia a gestão e apoia a Tesouraria do Município.” ---

- Dr. João Bernardo: “Votei contra a contratação deste empréstimo, porque não posso concordar com a gestão feita pelo Município à custa de empréstimos a curto prazo.” -----

2.5 – DELIMITAÇÃO DA ARU - CENTRO URBANO DA COVILHÃ - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de Outubro de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5957 de 2016.10.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.15**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Delimitação da ARU - Centro Urbano da Covilhã - Proposta de alteração da planta de delimitação da área de intervenção** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.6 – CONSTITUIÇÃO DE 4 PARCELAS DE TERRENO E DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA ÁREA SOBRANTE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Novembro de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6672 de 2016.11.25 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Constituição de 4 parcelas de terreno e desafecção do domínio privado municipal para o domínio público municipal da área sobran**te foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.7 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE ACTOS DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - ANO LECTIVO 2016-2017

- COLABORADORA PARA ACOMPANHAMENTO DE REFEIÇÕES
- REFORÇO DAS COLABORADORAS;
- ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR
- APOIO ÀS DESPESAS DO ESPAÇO PRÉ-ESCOLAR;
- APOIO NAS DESPESAS INERENTES AO REFEITÓRIO DA ESCOLA DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CANHOSO

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 21 de Outubro e 12 de Dezembro de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.º 6123, 6124 de 2016.10.24, 6924, 6932, 6933, 6934, 6935, 6936, 6938 e 6939 de 14 de Dezembro de 2016 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratos de Delegação de Actos de Competências nas Freguesias - Ano Lectivo 2016-2017** nas matérias relacionadas com: **Colaboradora para Acompanhamento de Refeições; Reforço das Colaboradoras; Actividades de Animação e de Apoio à família no pré-escolar** - foi a mesma **aprovada por maioria, com 36 votos a favor (PS, MAC, PSD e Independentes) e 4 votos contra (PCP)**; e nas matérias relacionadas com: **Apoio às despesas do espaço pré-escolar e Apoio nas despesas inerentes ao refeitório da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Canhoso** – foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.8 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE ACTOS DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE ALDEIA DE S. FRANCISCO DE ASSIS, CORTES DO MEIO, DOMINGUIO, ORJAIS, PAUL, PERABOA, PESO E VALES DO RIO, S. JORGE DA BEIRA, TORTOSENDO, UNHAIS DA SERRA E VERDELHOS, PARA PAGAMENTO DA TAXA CONTRIBUTIVA DE 5% À SEGURANÇA SOCIAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de Dezembro de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6940 de 14 de Dezembro de 2016 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratos de Delegação de Actos de Competências nas Juntas de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Cortes do Meio, Dominguiso, Orjais, Paul, Peraboa, Peso e Vales do Rio, S. Jorge da Beira, Tortosendo, Unhais da Serra e Verdelhos, para pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social** - foi a mesma **aprovada por maioria, com 36 votos a favor (PS, MAC, PSD e Independentes) e 4 votos contra (PCP)**. -----

2.9 - CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE TOPONÍMIA - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Novembro de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 8.º, do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho da Covilhã, através do ofício n.º 6674 de 25 de Novembro de 2016 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro propôs a Senhora Dra. Mónica Ramôa para integrar a Comissão.-

--- A Senhora Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa **foi eleita por unanimidade**, como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Toponímia. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo sugeriu que a Senhora Dra. Mónica Ramôa, na Comissão de Toponímia proponha a atribuição, numa das vias da Covilhã, do nome do Senhor José Mesquita Nunes. -----

2.10 - RELATÓRIO SEMESTRAL - PROVEDORA DO MUNÍCIPE

--- Foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do estipulado na alínea d), do artigo 10.º, do Regulamento do Provedor do Município, através do ofício Prov. 76/16 de 04 de Outubro de 2016. -----

--- Usou da palavra a Senhora Dra. Elisa Pinheiro, Provedora do Município, para referir que existe uma gralha na página 4, parágrafo 2.º, onde está item 3 e é o item 2.1.3 e onde está o item 4 é o item 3. Informou que o Relatório era maior e que o reduziu porque considerou que não tinha o número de casos suficientemente representativo e enviou um Relatório Provisório e não a versão definitiva. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “quero aqui agradecer o trabalho desenvolvido, com isenção, com imparcialidade, com muita dedicação que a Senhora Provedora do Município tem desenvolvido ao longo do tempo. É uma Cidadã da nossa Cidade de elevada craveira intelectual, de grande seriedade, de grande probidade, enfim é difícil encontrar adjetivos para qualificar o talento, a bondade e no fundo a grande capacidade que tem para avaliar situações tão complexas, quanto aquelas que lhe são colocadas nas suas funções. Peço-lhe que continue a fazer esse trabalho, por mais incomodo que possa ser para o Executivo, porque também nos ajuda a emendar os erros que comentemos, involuntariamente. Os meus agradecimentos à Senhora Provedora.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Deste Relatório devo realçar o trabalho que foi feito, pelo que percebi é o trabalho possível dentro das contingências que foram feitas e realço duas conclusões que são muito importantes: uma coisa são erros, enfim más respostas, outra coisa é não haver resposta. E penso que aquilo que realça deste Relatório é que os Serviços não dão resposta a alguns casos, as pessoas em desespero de causa não têm resposta da Administração e isso é um desprezo que não se pode permitir, agradecemos essa recomendação e esse facto. Obviamente que penso que o recado foi entregue e acho que deve ser absorvido por quem de direito fazer alguma coisa pelo assunto.

Por último dizer que afinal de contas, Senhor Presidente da Câmara, o Movimento Acreditar Covilhã faz alguma coisa de jeito ou tenta fazer alguma coisa de jeito, não têm é correspondência. Aquilo que aconteceu e que consta do Relatório é que a Senhora Provedora sente necessidade de mais visibilidade e já por várias vezes foi proposto na Reunião de Câmara que houvesse um espaço próprio para as pessoas se dirigirem à Senhora Provedora, para fazer e para acontecer, então tem que se dar visibilidade a isso, tem que ser divulgado. Aquilo que está aqui, é que não há essa visibilidade e acho que é importante que haja essa situação e aproveito também para perguntar, para quando a reformulação do Portal e do site da Câmara da Covilhã, onde foi anunciado que haveria esses espaços próprios para estas situações.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Quero, em nome da Bancada do Partido Socialista, saudar a Senhora Provedora e agradecer muito, a título pessoal, mas sobretudo em nome da Bancada, o trabalho que tem desempenhado e a forma como o tem feito. Quero agradecer, também, e felicitar o Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, porque finalmente temos um Provedor do Município, ao fim de tantos anos, eu bem sei que todas as Forças Partidárias propuseram, já no passado se propôs fazer isto, mas efectivamente é que, como em outros assuntos, mais uma vez foi esta maioria que o executou. E eu agradeço ao Senhor Presidente e ao Executivo Municipal por esta concretização e à Senhora Provedora pelo trabalho esforçado e muito meritório e muito útil que fez.

Por outro lado, quero também destacar outra coisa, que me parece mais ou menos evidente, é que hoje finalmente nós conseguimos perceber onde é que estão as fragilidades, identifica-las, no passado não conseguíamos sequer. E também de alguma forma sem menosprezar aquilo que são as situações identificadas pela Senhora Provedora e os casos concretos, que certamente são chatos, aborrecidos e muito preocupantes para as pessoas que os vivem. Bom, parece que 25 casos relatados no Relatório, naquilo que são porventura milhares de solicitações que todos os meses chegam à Câmara Municipal, me parece que vamos ter que melhorar, mas será um resultado que não é assim tão mau, como isso. Isto é para as milhares de solicitações que a Câmara recebe, das mais diversas ordens, termos 25 situações que, efectivamente são graves, precisam de ser estudadas e precisam de ser melhoradas. Não me parece ser assim tão mau e quero felicitar a Senhora Provedora e quero felicitar o Executivo Municipal, por isso.” -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Lemos o Relatório com muita atenção, até porque a criação desta função, existiam muitas expectativas. Dizer que nós discordámos da criação da figura do Provedor, não discordámos da escolha que foi feita, porque nós consideramos que provedores devem ser todos os Eleitos e principalmente os Eleitos que estão nos Executivos e os Eleitos que estão nos Órgãos Deliberativos e são eles que devem manter ligação íntima às Populações e que devem ouvir as pessoas e levar as preocupações das pessoas aos Órgãos e eu hoje trouxe aqui e dei conta da preocupação de um Cidadão, mas o Senhor Presidente da Câmara esqueceu-se de esclarecer a Assembleia do que é que se passa com esse Cidadão que através da mesa da Assembleia nos enviou uma exposição. Pronto lá teremos que insistir em outra altura. Esse papel entendemos nós que compete aos Eleitos, mas a partir do momento que foi criado o lugar e que está a ser desempenhado pela Doutora Elisa, penso que o Cidadão deve aproveitar porque poderá ter mais sorte e tem de certeza mais sorte de ser mais ouvida pelo Senhor Presidente da Câmara do que os Eleitos da

Câmara e da Assembleia Municipal. Portanto, um dia destes lá tenho que me dirigir à Provedora a ver se o Senhor Presidente da Câmara entende aquilo que nós dizemos.” -----

2.11 - ANÁLISE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO NOVO TARIFÁRIO DE ÁGUA E TARIFÁRIO SOCIAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de Dezembro de 2016 e da aprovação, pela Assembleia Geral da ADC - Águas da Covilhã EM, do novo tarifário de água e tarifário social, foi distribuída aos Membros da Assembleia a proposta nela contida, para análise, discussão e pronúncia. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra propôs que este assunto fosse retirado, atendendo a que a documentação só foi distribuída no decorrer da presente Sessão. -----

--- Colocada a proposta de retirada do ponto à votação, a mesma foi **rejeitada com 6 votos a favor (MAC, PSD e Dr. Paulo Tourais), 19 votos contra (PS e PCP) e 10 abstenções (Independentes)**. -----

- O Senhor Dr. João Bernardo informou que se iria ausentar da Sala, por não ter condições para apreciar este ponto, muito menos para votar, quando a competência para votar é da própria ADC. -

- O Senhor Eng.º Nuno Serra referiu que em coerência com a proposta que apresentou não vai participar neste debate e disse, para que fique claro para a opinião pública, que o PSD é favorável a qualquer abaixamento da água, que o defenderam na campanha e desde o primeiro ano de Mandato. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira informou que por impedimento legal não se pode pronunciar, mas que não se vai ausentar da sala. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara informou que a redução que pretendem fazer vai abarcar todos os consumidores domésticos, as IPSS e Associações sem fins lucrativos, assim como novos clientes, fazendo de seguida uma apresentação em PowerPoint, que fica a fazer parte da presente acta. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Prof. Reis Silva que recordou a petição promovida pelo PCP para travar o que apelidaram de “negociata”, termo que o levou a ter que responder em Tribunal. Referiu, também que o tempo demonstrou que a “negociata” se deu.

Sobre a proposta disse “sabe a muito pouco”; Eng.ª Catarina Mendes (**doc.16**), Dr. Nuno Pedro referiu que entende a posição do PCP ao dizer que é pouco, mas por parte do PSD e do MAC entende que não estão em condições de rebater, porque têm consciência dos contratos que assinaram e por

isso se recusam a debater um assunto tão importante para os Covilhanenses; Dr. Marco Gabriel fez um requerimento oral a solicitar a votação dos 49%. -----

--- Colocada a proposta à votação – **a Assembleia Municipal deliberou pronunciar-se favoravelmente sobre a redução do preço da água para 2017, com a ausência dos Senhores Dr. João Bernardo, Eng.º Nuno Serra, que previamente informaram não querer participar, e os Senhores Eng.º José Miguel Oliveira e Dr. Pina Simão por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.** -----

2.12 - TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou: “este é um tema consensualizado pela Conferência de Líderes e tem como objectivo transformar esta câmara num fórum de debate, com contributos de todos os Grupos, para temas relevantes que possam no final concluir, com propostas importantes para o desenvolvimento do nosso Concelho.” -----

- A Senhora Dra. Mónica Ramôa: “Reflectir sobre o desenvolvimento sustentável do Concelho e o papel que o turismo poderá ter nesse mesmo desenvolvimento, é uma tarefa que muito, a nós eleitos do PCP, nos apraz. Embora, haja outras temáticas, igualmente importantes para a vida de quem cá vive e trabalha, que urgem ser reflectidas e precisam de acção e de resolução célere. Parece-nos que nesta temática, a palavra-chave é desenvolvimento sustentável...” **(doc.17)** -----

- A Senhora Prof. Doutora Sandra Soares: “Poderá o turismo ser considerado de desenvolvimento sustentável no Concelho da Covilhã?” **(doc.18)** -----

- O Senhor Dr. João Bernardo: “Falar de turismo e desenvolvimento sustentável é falar de um pleonasma. O turismo é desenvolvimento sustentável...” **(doc.19)** -----

- O Senhor Dr. Pina Simão: “O Turismo é das indústrias mundiais com maior expressão e crescimento...” **(doc.20)** -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Senhor Tiago Miguel Poeta Roque Costa, Presidente da Assembleia de Freguesia da Boidobra, perguntou para quando a requalificação da habitação social no Bairro da Alampada. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que é um tema que preocupa todos. Não pode dizer quando, mas disse que vai continuara a trabalhar e a insistir junto do Senhor Ministro da Solidariedade, porque não existem Fundos Comunitários para esta vertente social, para conseguirem uma excepção no sentido de começarem a recuperar, não só na Alampada, mas em todos os sítios onde é necessário intervir. E, referiu que independentemente de conseguirem, ou não, esse apoio irão começar a intervir em cada Bairro. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,